

Sales
F 17

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
REALIZADA A 29 DE MAIO DE 2015**

ATA N.º 4

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e quinze, pelas dez horas e quarenta minutos, no Auditório da Casa das Tias de Nemésio, reuniu o Conselho de Ilha, em reunião ordinária. -----

O **Presidente da Mesa**, Roberto Monteiro, informou que tinha feito alguns contactos com a Doutora Paula Elsa Moniz e que esta estava a caminho da reunião do Conselho de Ilha, pelo que, como havia dois pontos na ordem do dia, iriam começar pelo segundo ficando, assim, com o resto da reunião para falar com ela. -----

Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros: -----

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória; -----

José Gabriel do Álamo Meneses, Vice-Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; -----

Sandro Rebelo Paim, Primeiro Secretário da Mesa, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo; -----

Rui Miguel Ferraz Sales, em substituição de José António Sozinho Azevedo – Segundo Secretário da Mesa, representante das associações agrícolas – AAIT; -----

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo; -----

João Luís Sanchez dos Santos, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo; -----

Péricles Pereira Ortins, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo;

Pedro Miguel de Borba Ferreira, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo; -----

Norberto Francisco Ávila Messias, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória; -----

Sales

Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória; -----

Arlindo Paulo de Freitas Teles, representante da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo; -----

Presentes os seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores: -----

Domingos Manuel Oliveira da Cunha, deputado do PS; -----

Luís Miguel Forjaz Rendeiro, deputado do PSD. -----

Ausências justificadas: -----

José António Sozinho Azevedo, Segundo Secretario da Mesa do Conselho, representante das associações agrícolas – AAIT; -----

Ana Rita Meneses Branco, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória; -----

José Manuel Ferreira Pimentel Dias, representante dos Sindicatos – UGT. -----

Ausências não justificadas: -----

Paulo Manuel da Silva Codorniz, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória); -----

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo; -----

Rui Fernandes Nobre de Castro, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória; -----

Ana Rita Meneses Branco, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória; -----

Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Meneses, representante das Associações Agrícolas - FRUTER; -----

José Manuel Ferreira Pimentel Dias, representante dos Sindicatos – UGT; -----

António Pedro Inocêncio, representante dos sindicatos – CGTP – União Sindicatos AH; -----

António Toste Parreira, deputado do PS; -----

Nuno Miguel Aguiar Meneses, deputado do PS; -----

Francisco Coelho, deputado do PS; -----

Berto Messias, deputado do PS; -----

Cláudia Alexandra Cardoso Meneses da Costa, deputada do PS; -----

Salep


António Ventura, deputado do PS; -----

Maria Judite Gomes Parreira, deputada do PSD;-----

Artur Lima, deputado do CDS-PP; -----

António Félix Rodrigues, deputado do CDS-PP.-----

O **Conselheiro Ricardo Barros** interveio e disse que quando havia sido alertado para a reinstalação do Conselho de Ilha, face à legislação recentemente aprovada pela Assembleia Regional, se havia deparado com vários problemas que tinham que ver com a redação do diploma e, sobretudo, com a sua republicação. Informou que no diploma dizia que o Conselho tinha que ser reinstalado sessenta dias após a publicação do mesmo, enquanto que na republicação, o mesmo artigo, referia que seriam noventa dias. Disse que convocar o Conselho de Ilha e não ter em conta os quarenta e cinco dias que a legislação previa, corria-se o risco de um dos organismos alegar que não tinha sido convocado, em função do que dizia a lei, e que não tinham as Assembleias Municipais reunidas até lá, ou então não convocar o Conselho de Ilha de sessenta dias após a publicação do diploma. Acrescentou que após terem consultado vários juristas, inclusivamente da DROAP, tinham convocado o Conselho para o dia seis de julho, cumprindo-se, assim, os quarenta e cinco dias devidos às instituições. Concluiu dizendo que a explicação era essa, ou seja, tentar não fugir muito à lei e que as coisas fossem feitas o mais rapidamente possível, daí o dia seis de julho.-----

O **Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro**, usou da palavra e disse que, em relação à instalação do Conselho de Ilha, os Deputados não votavam, o que acabava por ser uma reunião extraordinária, meramente para esse fim, pelo que a melhor solução era não colocar outro assunto de forma a permitir que, nas futuras reuniões, todos pudessem participar. -----

O **Conselheiro Ricardo Barros** acrescentou que, para além do formalismo das pessoas assinarem a tomada de posse, havia outra questão que tinha de se cumprir nessa reunião, ou seja, a eleição da Mesa, mas que de qualquer forma os Deputados não votavam. Concluiu dizendo julgar que o quórum para eleição da Mesa era dos votantes.-----

h
Sales

O **Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro**, respondeu que, tratando-se dos meses de julho e agosto as datas eram sempre problemáticas para garantir quórum, pelo que era importante, da parte da Mesa, haver um esforço de contacto com as várias entidades de forma a garantir o mesmo para esse dia. -----

O **Conselheiro Ricardo Barros** respondeu que sim, mas que se houvesse algum impedimento para esse dia, a data era perfeitamente ajustável. -----

ORDEM DO DIA

1. CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA – AEROPORTO DE SANTA MARIA – “CONTEXTO AÇORES E SEU IMPACTO LOCAL” – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

O **Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro** fez uma explanação do assunto. -

O **Conselheiro José Álamo de Meneses** usou da palavra e disse achar que deviam manter a política de não levantar questões, exceto se, da parte do Governo Regional, houvesse qualquer indicação no sentido de aceitar qualquer que fosse dessas propostas. Acrescentou que o tempo já havia passado e, da parte do Governo, não tinha havido qualquer alteração em relação ao PREIT, pelo que faria todo o sentido manterem a política de contensão, obviamente mantendo alguma vigilância no sentido de ver se alguma coisa se alterava em relação ao Governo, que era o visado pelas ditas recomendações, não havendo essas alterações, disse que não lhe parecia útil iniciar um debate que não tinha objetivo nem resultado. -----

O **Conselheiro Norberto Messias** interveio e disse que a questão de Santa Maria lhe parecia mais complicada do que parecia à primeira vista, porque se a Base das Lajes era um problema grave para a Terceira, as escalas técnicas eram um problema gravíssimo para Santa Maria, porque esta dependia, economicamente, dessas escalas. Disse achar legítimo que o Conselho de Ilha de Santa Maria tivesse essa preocupação, que a questão de não haver referência às escalas técnicas em Ponta Delgada era, obviamente, de outra natureza que, a seu ver, justificava que o Conselho de Ilha da Terceira fizesse um debate sobre a política aérea dos Açores, o transporte aéreo e marítimo nos Açores, quer fosse inter-ilhas quer fosse o que atravessava o Atlântico, uma vez que existiam demasiados interesses e possibilidades para se deixar que isso passasse ao lado. Acrescentou que a questão não era entre as Lajes e Santa Maria, mas

Salés

sim entre a Europa e os Estados Unidos ou entre estes e África. Questionou sobre o papel que queriam desempenhar nesse contexto, porque queriam os Açores e queriam a Terceira. Referiu que se justificava, naquele momento, manter-se a política de silêncio à volta do que os Conselhos de Ilha haviam dito, mas que achava que se deveriam preocupar internamente com coisas de maior abrangência, sobretudo no campo das oportunidades de negócio que podiam gerar aquando da discussão dessas mesmas coisas.-----

O Conselheiro Sandro Paim usou da palavra e disse que, em relação ao assunto em causa, como Câmara de Comércio e não concordando um pouco com a linha que estava a ser seguida de se manter o silêncio, havia que perceber de que forma é que não calavam, mas de que forma é que, também, não criavam guerra. Disse que aquilo era um ofício, pelo que o Conselho de Ilha se podia expressar de várias formas públicas ao Senhor Presidente do Governo. Referiu que, analisando melhor o documento, se percebia que eram identificados quatro pontos, sendo eles os seguintes:-----

Primeiro ponto: Medidas a executar diretamente pelo Governo da Republica no eixo quatro. Disse que, basicamente, o que estava a ser trabalhado era a revogação de um conjunto de constrangimentos que o Aeroporto, por ser militar, tinha e que nada tinha que ver com as escalas técnicas. Referiu que eram constrangimentos de diversas naturezas que Santa Maria queria manter na Terceira, pelo que isso não lhe parecia, como era óbvio, razoável, nem lhe parecia que num Conselho de Ilha pudessem aceitar isso. Acrescentou que, naquele ponto, nem eram referidas as escalas técnicas e que colocar um pouco a base de *friendly*, com a operação comercial e, portanto, quererem retirar esse ponto não era admissível, nem aceitável, no entender da Câmara de Comércio, que se calassem em relação a isso.-----

Segundo ponto: Programa de redução e isenção de taxas e custos de licenciamento para os investimentos e atividades na Ilha Terceira. Disse que, também nesse ponto, se estava a falar num conjunto de taxas para investimento, não propriamente só para a questão das taxas aeroportuárias. De seguida fez uma análise das taxas aeroportuárias, com a respetiva redução, e verificou que os custos na Terceira eram mais elevados do que em Santa Maria e disse que quererem opor-se e retirar não lhe parecia, como Conselho de Ilha e Câmara de Comércio, que pudessem calar.-----

n
Sales


Terceiro ponto: Medidas a adotar pelo Governos dos Açores, competitividade logística, apresentaram uma candidatura ao Governo da República, a Comissão Europeia, para a criação da zona económica especial. Disse que já há muitos anos que Santa Maria o tinha e que nada tinha feito com isso. Referiu que deviam mostrar solidariedade e preocupação com Santa Maria, mas que querer retirar a possibilidade de também o tentarem fazer, não lhe parecia razoável. -----

Quarto ponto: Competitividade logística criar um pacote de incentivos à alteração das escalas técnicas. Disse que quem geria os aeroportos de Santa Maria e Ponta Delgada era a ANA, que já tinha incentivos às escalas técnicas e à operação comercial, que o problema do aeroporto das Lajes era ser gerido pelo Governo Regional, que não fazia desconto a ninguém. Acrescentou que o que havia sido pedido para ser colocado era que, já que o Governo Regional é que geria o aeroporto das Lajes, que se tentasse imitar/copiar medidas que a ANA já fazia nos aeroportos que geria. Referiu que dizer-se que não se queria e que se retirasse, não era razão razoável, que entendia o que o Professor Álamo e o Dr. Roberto Monteiro tinham dito, mas que não se podiam calar, pois calados já estavam há muito tempo. Concluiu dizendo que a única coisa que poderia ser mais preocupante, e que era diferenciador, tinha que ver com as taxas, mas que depois destas estava mais caro oitenta por cento que depois da tão falada redução estava mais caro oitenta por cento, pelo que não sabia o que queriam. -----

O **Conselheiro Ricardo Barros** interveio e disse que a questão de fundo havia sido colocada na intervenção inicial do Sr. Presidente, ou seja, quando este tinha feito referência à percentagem das escalas técnicas de Santa Maria, São Miguel e Terceira. Questionou o porquê de Santa Maria se indispor contra a Terceira, que tinha três por cento, e não se indispor contra São Miguel, que tinha seis por cento. Disse que todos deveriam refletir, não porque é que Santa Maria estava contra a Terceira relativamente às escalas técnicas, mas sim porque é que o Pico, São Miguel e São Jorge estavam contra a Terceira em tudo, que isso era o mais importante e enquanto não soubessem responder a isso não iam a lado nenhum. Questionou o porquê de se falar insistentemente num triângulo, pois Pico e Faial trabalhavam como unidade, mas isso já não acontecia em relação a São Jorge. Disse que a Terceira e a Graciosa ficavam de fora do grupo, não só com a atual situação de cruzeiros, como também em relação aos

Soley
/

novos barcos que iam ser adquiridos, pelo que quando é que iam funcionar como grupo central, com vantagens para todas as ilhas do mesmo. Concluiu dizendo que a grande reflexão, que cabia a todos os conselheiros, era o porquê de todas as ilhas serem contra a Terceira, não só a nível do comércio, da indústria e dos transportes, mas também a nível partidário, de forma a se tirar algum proveito disso, independentemente de poderem ou não responder de forma mais ou menos direta.---

O Deputado Luís Rendeiro iniciou a sua intervenção dizendo que percebia as questões levantadas pelo Conselheiro Ricardo Barros, mas que estas deveriam ser discutidas noutra altura, porque naquele momento tinham o documento de Santa Maria para discutir, até porque as referidas reflexões levavam para outro tipo de comentários de natureza mais política que, na sua opinião, não eram importantes fazer naquele momento. Disse que ia, um pouco, de encontro ao que havia sido dito pelo Conselheiro Sandro Paim, ou seja, que estava na hora de serem, educadamente, discordantes e explicar o porquê. Acrescentou que as explicações dadas pelo Conselheiro Sandro Paim, elencadas de forma honesta e correta, eram explicações que podiam ser dadas no enquadramento. Referiu que percebia que Santa Maria tivesse direito a reivindicar e defender coisas para a sua ilha, até porque esta, sem as escalas técnicas, não tinha mais nada, mas que o que era facto era que quem penalizava Santa Maria, ao nível das escalas técnicas, era São Miguel e não a Terceira, pelo que já se tornava inadmissível que Santa Maria elegesse a Terceira como alvo, num conjunto de críticas com pouco cabimento e pouca fundamentação, que já não tinham que ver com o querer o seu bem, mas com o não querer que os outros resolvessem os seus problemas. Acrescentou que não podiam fazer de contas que tinham um conjunto de atores no Conselho de Ilha, que tinham uma proximidade muito grande, desde a questão da proximidade institucional à proximidade partidária, com o Governo Regional, que era quem estava a tomar essas decisões de fundo, pelo que havia um conjunto de pressões e contactos que poderiam ser feitos de forma silenciosa e discreta e, de facto, a Terceira não queria tirar aviões nem prejudicar Santa Maria, queria era captar novas escalas técnicas para o Atlântico e para a ilha. Disse que eram sensíveis e solidários com as necessidades de Santa Maria, mas que não podiam aceitar que esta continuasse, repetidamente, a atentar contra aquelas que eram as

h
Lales
✍

necessidades e dificuldades da Terceira, que tinha as dificuldades que tinha mas que ainda tinha, e bem, um quarto da população dos Açores, o que fazia com que essas necessidades se tornassem maiores do que as de Santa Maria, no contexto regional. Acrescentou que, se muitas das vezes a Terceira sentia que era encostada à parede pela dimensão de São Miguel, Santa Maria se fosse encostada à parede pela dimensão da Terceira, paciência, essa era uma realidade que conheciam e haviam de arranjar uma forma simpática/educada de dizer que estavam a tratar do seu problema e que não queriam prejudicar ninguém nem estavam disponíveis para aceitar que houvesse uma deliberação, fosse de quem fosse, incluindo Santa Maria, que atentasse contra aquilo que eram as dificuldades e os problemas que queriam resolver. Concluiu dizendo que concordava que deveriam manter a postura serena e educada e de não criar guerras e conflitos desnecessários, mas que também achava que havia um ponto que tinham que ter uma postura afirmativa, porque a população a isso exigia. Disse achar que era a altura indicada para dar a Santa Maria, e ao Conselho de Ilha de Santa Maria, a resposta que já tinha dito de início. -----

O **Conselheiro José Álamo de Meneses** interveio para dizer que concordava com quase tudo o que havia sido dito pelo Deputado Luís Rendeiro, mas que lhe parecia que a resposta não deveria ser dirigida ao Conselho de Ilha de Santa Maria, mas sim ao Governo Regional, que era, no fim de contas, o alvo da questão. Acrescentou que o que interessava mais era fazer chegar, ao Governo Regional, a estranheza e o desacordo pelo facto de, apesar de ter acontecido a redução das taxas, estas continuarem a ser as que foram já apresentadas no Conselho de Ilha e exigir que fossem tomadas as necessárias medidas para resolver isso e isso ser feito de maneira que Santa Maria também soubesse que se fez. Disse que estar a falar para o Conselho de Ilha de Santa Maria, muito provavelmente, seria abrir a porta para que, daqui a dias, se estivesse a falar para muitos outros, sendo que isso não era um caminho agradável e a situação em vez de melhorar tenderia a piorar. Informou que a sua proposta era que saísse sim a exigência que fosse dada execução aos pontos que ainda não tinham sido executados, em particular uma chamada de atenção para o facto das tarifas usadas no aeroporto, apesar da redução, continuarem a não satisfazer. Concluiu dizendo que achava que essa era a forma mais sensata e que não abria uma disputa da

Saleh

qual ninguém ganharia e que seriam, com certeza, aqueles que iriam perder, até pelas razões enunciadas pelo Conselheiro Ricardo Barros. -----

O **Conselheiro Pedro Ferreira** usou da palavra e disse que, sobre a matéria em causa, julgava que nem que fosse um ofício, a acusar a receção do ofício de Santa Maria, se devia mandar aos senhores, por uma questão de delicadeza, mas que de qualquer uma das formas, percebia que responder ao Conselho de Ilha de Santa Maria não resolveria basicamente nada, pelo que poderia ser mais assertivo seguir a sugestão do Professor Álamo Meneses. Acrescentou que registava a evolução do conselheiro Sandro Paim em alguns aspetos, primeiro porque se começava a adotar o conceito de solidariedade do Professor Mário Fortuna e depois porque quanto mais o ouvia falar no Conselho de Ilha, mais mudava a sua opinião, porque geralmente a noção que tinham da Câmara de Comércio era que esta andava, há muito tempo, demasiado calada e, ainda bem, que a Câmara de Comércio, e o Conselheiro Sandro Paim em particular, havia também percebido isso. Disse que se calhar se deveria seguir a sugestão do Conselheiro Norberto Messias e começar a pensar o que se queria para as infraestruturas e para os transportes e as acessibilidades dos terceirenses da Terceira e dos Açores, de modo geral, porque era inadmissível o que Santa Maria pedia, tal como era inadmissível o que outros Conselhos de Ilha haviam dito da Terceira. Disse que era inadmissível o que tinha acontecido, recentemente, com as aterragens e as não aterragens, as autorizações e não autorizações para aterrar no único aeroporto dos Açores que estava disponível, por questões climatéricas adversas nos outros aeroportos, que era inadmissível que as esquerdas e o Partido Social Democrata se tivessem unido num chumbo a uma recomendação para que a SATA reforçasse o seu papel na Terceira e no aeroporto das Lajes e que era inadmissível o silêncio do Governo Regional, que no fundo era o pai da criança. Acrescentou que o PREIT era uma coisa curiosa e que haveria de merecer estudo no futuro, porque a grande ideia, o grande plano, a solução para todos os problemas havia acabado por ser a criação de muitos outros problemas que não se estava à espera. Referiu que o Governo Regional, sobre a meteria em causa, tinha acabado por ser a chama que colocou todas as ilhas a brigar com a Terceira e esta a ficar, educadamente, no seu canto para não ofender ninguém. Concluiu dizendo julgar que o mais importante, naquele momento, era acusar a

h
Sales
recepção do ofício de Santa Maria, resolvendo o problema de alertar relativamente às taxas, mas também promoviam um debate sobre o que queriam para a política de transportes e qual o papel que queriam dar à Terceira nessa mesma política.-----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro, interveio e disse que, relativamente à matéria em causa, as posições do Conselho de Ilha eram claras e, nesse sentido, a sugestão que fazia era, tomando ele a iniciativa, a Mesa elaborar um documento conciso e objetivo sobre as questões pertinentes. Disse que se com as medidas do PREIT se continuava com taxas sessenta e oitenta por cento mais caras, o que lhes interessava não era propriamente guerras, mas uma situação igualitária em termos de competitividade de infraestruturas aéreas, pelo que a Mesa assumiria a responsabilidade de reunir com a tutela e solicitar uma audiência à presidência do Governo Regional. Acrescentou que, de qualquer forma, no dia seis de julho começava tudo de novo, mas que o grosso das pessoas seria o mesmo, pelo que não havia necessidade nenhuma dos assuntos serem repescados. De seguida solicitou a maior colaboração da Câmara de Comércio, no sentido de, pelo menos, dar o pontapé de saída. Disse que iria remeter todas as informações que tinha sobre o número de escalas técnicas e respetiva percentagem em cada uma das três ilhas, dos três aeroportos, a Câmara de Comércio juntaria os elementos relativos ao custo das taxas e, em sequência dessa matéria, solicitar-se-ia uma reunião à presidência do Governo Regional, que inclusivamente já havia abordado, informalmente, sobre isso, conforme tinha sido acordado.-----

2. SITUAÇÃO DO HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA – AUDIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.-----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro, agradeceu a presença da Senhora Doutora Paula Elsa Moniz naquele Conselho de Ilha e fez uma explanação do assunto.-----

O Conselheiro Norberto Messias tomou a palavra e disse que, embora sendo de formação enfermeiro não era nessa qualidade que ia usar da palavra. Disse que não se tratava de abordarem questões ligadas aos cuidados de saúde, mas sim de pensarem o Hospital como um parceiro importante na economia da ilha. Referiu que o Hospital era

Sales

o maior empregador direto e, possivelmente, também o maior empregador indireto, tal como era, de certeza, o maior consumidor da ilha, pelo que era preciso que os terceirenses se tornassem parceiros deste, parceiros pelo reconhecimento da importância que ele tinha e parceiros na reivindicação do papel que ele poderá e deverá ter no futuro. Disse que quando pensavam na deslocação de pessoas, de outras ilhas para a Terceira, por virem recorrer aos serviços do Hospital, essas pessoas não iam apenas utilizar serviços do Hospital, mas iam, também, participar noutras áreas da economia da ilha. Relembrou um outro tema muito falado mas que, infelizmente, não tinha dado passos consistentes na área do turismo de saúde, de que também já haviam falado muitas vezes mas que nada tinham feito para que acontecesse. Disse que é que tinham que fazer acontecer, porque ninguém ia fazer acontecer por eles. Acrescentou que das alternativas que o Hospital ainda não tinha, mas que tinha profissionais com competências e que precisava de equipamentos e de renovar equipamentos e que precisava que os terceirenses, em conjunto com o Hospital e com os seus profissionais, pressionassem quem de direito para que isso pudesse acontecer, pelo que era nessa perspetiva que gostariam de discutir, ou seja, o seu peso e importância enquanto estrutura económica. Concluiu, agradecendo a disponibilidade da Senhora Doutora Paula Elsa Moniz para expor o Hospital na perspetiva de que não pretendiam julgar o mesmo, mas sim ser seus parceiros. -----

O **Conselheiro Sandro Paim** iniciou a sua intervenção dizendo que a Câmara de Comércio tinha uma Comissão de Saúde que trabalhava, há algum tempo, esses assuntos e que se havia deparado com um conjunto de situações, pelo que gostaria de colocar algumas questões que correspondem a estas. Acrescentou que nunca tinham conseguido resposta às referidas questões, que tinham conseguido avançar em algumas áreas, nomeadamente na área dos pagamentos mais atempados aos fornecedores, mas que pouco mais que isso. De seguida colocou as várias questões: ----

Primeira: "Está o Hospital da Terceira suborçamentado no que diz respeito às diferenças da região, ou não?"; -----

Segunda: "A livre referenciação prejudica o Hospital da Terceira?"; -----

h
Sales
p

Terceira: "O investimento que foi feito na infraestrutura para radioterapia na Terceira vai ou não ser rentabilizado?";-----

Quarta: "No que diz respeito ao turismo de saúde, qual é a sua perspetiva do *cluster* de saúde na Terceira?";-----

O **Deputado Luís Rendeiro** interveio e disse que o tema era ali discutido e bem, devido à importância incontornável da prestação de cuidados de saúde na Terceira e áquilo que o Hospital significava no contexto regional, porque para além de tudo o que já havia sido dito também era importante perceber que a região estava sujeita a um conjunto de vicissitudes, como por exemplo as catástrofes naturais, pelo que era importante que tivessem mais do que um Hospital preparados para agir à escala regional, para o caso de um deixar de funcionar ou que ficasse impedido de o fazer. Referiu que já havia sido dito que o Hospital era o maior empregador da ilha, que havia serviços que tinham que ser redundantes com os dos outros hospitais. Acrescentou que julgava que também estava a faltar, e que era uma aposta que se deveria fazer na ilha, procurar a criação de especialidades e serviços que só existissem na Terceira, de forma a não haver uma competição entre os mesmos serviços, nos mesmos hospitais. De seguida questionou sobre o que seria importante na diferenciação em novas especialidades e, até que ponto, a situação financeira do Hospital condicionava, ou não, a prestação de serviços, tendo em conta toda a economia que girava em volta deste. Solicitou que lhes fosse falado acerca das carências de pessoal que o Hospital tinha, ao nível dos vários serviços e das especialidades, quais as dificuldades que o Hospital tinha na contratação de alguns desses, no caso médicos e enfermeiros, nalgumas áreas mais específicas. Continuou, dizendo que havia uma campanha pública que descredibilizava o Hospital da Terceira, ao nível regional, e que fazia com que, também por via da livre referênciação, os doentes de outras ilhas, que se dirigiam à Terceira, estivessem a deixar de o fazer. Disse que, na prática, esses dois fenómenos estavam a fazer com que, aquilo que teria desaparecido as políticas regionais, que era a criação do Hospital Central dos Açores, estivesse a acontecer. Concluiu dizendo que achava que ser presidente do Conselho de Administração do Hospital, naquele momento, era um trabalho muito ingrato, devido a ser um setor que estava, claramente, subfinanciado à escala regional.-----

h
Sales

A Senhora Doutora Paula Elsa Moniz iniciou a sua intervenção fazendo os devidos cumprimentos, em nome do Conselho de Administração do Hospital, e apresentando as suas desculpas formais, pelo facto de não ter estado presente na hora agendada, dizendo que esta se deveu a alguma logística que não lhe havia permitido estar. Acrescentou que, em termos pessoais, estava presente com muito gosto, dada a relação que tinha com os Açores e os açorianos, sendo que profissionalmente estava ainda com mais gosto. Disse que o projeto do Hospital da ilha Terceira, o seu desenvolvimento, o seu reforço fazia parte da missão do Conselho de Administração e que a equipa de gestão e a equipa global do Hospital estava a trabalhar nesse sentido. Disse que haviam sido colocadas questões várias e de várias ordens, pelo que poderia iniciar, a respetiva intervenção, falando relativamente à posição de centralidade que o Hospital da Terceira tinha e que tinha que manter, por várias razões, não só pela proximidade dos cuidados de saúde que vinha a prestar junto dos terceirenses, como também no tocante à manutenção dessa centralidade que não era fácil. Quanto aos doentes e utentes que vinham das ilhas, essa centralidade era a razão de existir do Hospital e que iria continuar a ser, mencionou que a equipa estava preparada para reforçar essa centralidade, dotando-a de meios necessários. No que diz respeito a recursos humanos, disse que estes não eram só os médicos, os enfermeiros, os assistentes técnicos, os assistentes operacionais, mas que era toda uma outra área que funcionava transversalmente e que analisava os pontos de intervenção prioritários de curto e médio prazo. No tocante ao setor de enfermagem, informou que o Hospital tinha já autorizado a admissão de quarenta e sete enfermeiros, que tinha como objetivo a criação de postos de trabalho; diminuição de horas extraordinárias; terem os enfermeiros com condições, físicas e mentais, para o exercício do seu trabalho; estabilizar, do ponto de vista económico, financeiro e familiar, um conjunto de famílias. No tocante aos senhores doutores, disse que não havia nenhuma intenção de encerramento de especialidades e que tinham algumas especialidades que precisavam de reforço. Acrescentou que havia duas formas de terem médicos na Região Autónoma dos Açores, ou seja, através do processo linear de crescimento orgânico, consulta, cedência pública, contratação ao abrigo do Código do Trabalho, que eram processos mais estabilizadores e morosos. Disse que estavam a tratar a nível de trazer à região, ao Hospital da Terceira, *deadline* doze meses, mas que tinham as situações a

h
Sales
↓

curto prazo que estavam a ser tratadas de duas formas. Informou que tinham assinado dois protocolos, com o Hospital de Coimbra, com o Hospital de Santa Maria e Pulido Valente e que tinham, ao abrigo desse protocolo, que não tinha custado nada a não ser o trabalho de contacto com colegas, a identificação das necessidades e a definição dos *timings* necessários de presença no Hospital. Referiu que não eram situações que permitiam um reforço a longo prazo, no entanto, endocrinologia, saúde mental, ginecologia obstetra, pediatria, oncologia, áreas de curto prazo de intensificação não havia necessidade de encerramento de especialidades, tinham era que ter essa oferta organizada. Acrescentou que tinham atividades e áreas do Hospital especiais que tinham história, como por exemplo litotricia, na área da orologia, implantes para ultrapassar a surdez das crianças, na área de otorrino, entre outras. Referiu que o reforço de médicos num hospital era um processo que tinha que ser preparado, podiam ter soluções de curto prazo com prestação de serviços mas que não havia nada como ir à procura das soluções, ou seja, falar com as pessoas que podiam trazer essas mesmas soluções. Acrescentou que, não querendo fazer qualquer comentário menos simpático face aos colegas das administrações cessantes e de todo o trabalho positivíssimo que havia sido desenvolvido, a classe médica mais jovem fazia contas e que o projeto de exercício da medicina tinha uma componente de expectativas, de ambiente, era todo um pacote e que era preciso perceber qual o atraente e negociar, pelo que não previa, naquela fase, nenhum encerramento de especialidades. -----

Ainda a **Senhora Doutora Paula Elsa Moniz**, relativamente ao tema que o Conselheiro Norberto Messias havia referido, ou seja, o Hospital como parceiro na ilha Terceira disse que aí tinham muito para fazer, muitas abordagens a desenvolver, que o Hospital estava a programar, a refletir e que os parceiros não se faziam dentro deste, tinham que sair. Informou que já existiam algumas parcerias gratificantes que funcionavam na ótica médica, como era o caso da Santa Casa de Angra e do Lar D. Pedro V, mas que essas parcerias eram, talvez, o pé fundamental para que o Plano Estratégico do Hospital tivesse sucesso. Disse que quando se trabalhava um Plano Estratégico eram muitos papéis, muitos documentos, muitas cores, muitos gráficos, mas que o Plano Estratégico do Hospital estava, naquele momento, ainda numa fase interna, muito informalmente, a ser refletido e a ser pensado pelas equipas da casa. Referiu que tinha

que ser um Plano partilhado, sob pena de ser muito difícil uma sobrevivência digna. Referiu que não estava muito preocupada com as fontes de financiamento do Hospital, talvez por um erro ou uma formatação muito sua, muito pessoal, porque vinha de um mundo onde as soluções eram construídas. Disse que, como era óbvio, estavam com constrangimentos legais, que a gestão de um Hospital EPE (entidade pública empresarial) tinha uma formatação muito específica na obtenção dos proveitos, que era facto que tinham encontrado e que tinham presente uma estrutura contabilística, de balanço e de conta de exploração do Hospital que trazia responsabilidades a cumprir e que iam ser cumpridas. Acrescentou que as soluções de *funding* de uma casa como era o Hospital, ou do sector da saúde, eram multivariadas, que existiam nos mercados, que estavam convictos que os acionistas estavam a trabalhar nessa temática e que o Hospital da Ilha Terceira ia, também, procurar o contacto com as suas tutelas de uma forma proactiva, ou seja, cada entidade tinha a sua responsabilidade, não pretendiam sobrepor-se às responsabilidades e à abrangência de intervenção, mas que pensavam que poderia haver troca de impressões e momentos de trabalho sobre a temática do *funding*, da cobertura das necessidades financeiras do Hospital. Referiu que uma coisa era a tesouraria e que outra coisa eram as necessidades financeiras, que era verdade que existiam compromissos na conta de fornecedores e que esta era variada, tal como a estrutura de proveitos, sendo que esta era muito consubstanciada no enquadramento legal em vigor. Lançou a questão se o Hospital poderia construir soluções de receitas acessórias e que tipo de receitas acessórias seriam essas, respondendo, de seguida, que já haviam sido referidos alguns temas dessas receitas, que nada disso tirava a presença dessa forma *sui generis* da Administração Pública num Hospital com estrutura empresarial. Disse que, no fim de contas, essa estrutura empresarial que os Hospitais tinham acabava por ser uma continuidade específica, com um enquadramento jurídico e responsabilidade muito próprio, passando a ser uma continuidade da Administração Regional sobre a forma de organizar o serviço de saúde na Região Autónoma dos Açores. Ainda sobre as receitas acessórias, disse que haviam referido o turismo de saúde e a capacidade instalada do Hospital, que esta poderia ser maximizada e que ao ser não estavam mais do que a utilizar, de forma mais eficiente, não só a componente de instalação, como de equipamentos, que essa capacidade estava a ser reanalisada numa ótica de centralidade para tratar os doentes,

↙
Sales
↓

mas eventualmente, situações específicas que haviam sido ali referidas, não pelas boas razões, porque numa situação de acidente grave nunca é de ressaltar pelo lado positivo. No que toca à utilização de instalações para entidades terceiras, desde que isso fosse muitíssimo bem organizado, com responsabilidades bem definidas, era possível. De seguida referiu que tinham vários serviços e profissionais de primeira água, pelo que havia espaço, de forma muito cuidada, para maximizar a utilização do Hospital, sem pôr em causa nem em segunda linha outros objetivos. Acrescentou que estavam ali para servir as populações da região, mas que os constrangimentos que todos sentiam naquele momento, na área dos proveitos, podiam também ser trabalhados. Disse que o turismo de saúde era muito elástico, que podia ser muita coisa e não queria dizer que fosse só no mercado da saudade, que este era muito importante e que muitas pessoas vinham vindo a trabalhar o tema do mercado na diáspora. Posto isso convidou, quem já havia tratado o tema, a falar de forma a perceber como é que se materializava. Disse que quaisquer ideias que os Conselheiros tivessem trabalhado e desenvolvido e que pensassem que o Hospital podia ser parceiro que dissessem, mas que convinha era que não se dessem muitos tiros nos pés. Fez referência às campanhas, ao mal-estar e perguntou-se o porquê de não falarem dos aspetos positivos do Hospital e de haver tanta imaginação nos corredores das suas casas. De seguida dirigiu-se ao Conselheiro Sandro Paim e disse que as inspeções, no Hospital, eram bem-vindas e que relativamente ao processo de informação, que era feito por entidades públicas, não comentava. Disse que, no tocante aos senhores enfermeiros, havia sido feito algum trabalho de avaliação sobre os custos de enfermagem e sobre os horários, o que tinha levado a que houvesse alguma melhoria na estruturação dos horários. Retomando o convite feito aos senhores Conselheiros, ou seja, de partilharem com o Hospital alguns projetos, que pareciam ter ficado em *stand by*, como a centralidade do Hospital da ilha Terceira, a deslocação de doentes, a temática das evacuações, a centralidade da organização das evacuações na Região Autónoma dos Açores, disse que eram abordagens de uma intervenção do Hospital que procuravam aprofundar e estavam a aprofundar. Relativamente à centralidade, informou que no dia seis de junho iam realizar as primeiras Jornadas de Saúde e, informalmente, convidou todos a participarem nas mesmas. Disse que, naquele dia, iam trabalhar o tema da centralidade do Hospital no

Sales
4

processo de evacuação e transporte de doentes, ou seja, como ele era feito atualmente e como poderia ser melhorado. Informou, ainda, que no dia dois iam participar num simulacro de uma catástrofe e disse que esse era um exercício que havia sido iniciado pela Direção Regional de Saúde e que o Hospital, em parte, com a PSP e a Proteção Civil, iam testar o seu Plano de Emergência Externo, o qual nunca tinha sido testado, e onde cada um ia ter o seu papel. Concluiu informando que iam fazer a preparação da auditoria da triagem de *Manchester* em catástrofe, em que eram os médicos a fazer a respetiva triagem e não os enfermeiros. -----

O Conselheiro Pedro Ferreira iniciou a sua intervenção dirigindo-se à Senhora Doutora Paula Elsa Moniz dizendo que lhe reconhecia uma capacidade e um mérito que achava, enquanto jovem, verdadeiramente estimulante e motivador para o seu futuro. De seguida disse que a tinha sentido, naquela que tinha sido a sua primeira abordagem, titubeante apenas num pequeno aspeto, ou seja, quando tinha referido que acreditava que a tutela ou o acionista estava a tratar das soluções. Posto isso, colocou várias questões, sendo elas as seguintes: -----

Qual a orientação política que lhe havia sido dada, enquanto Presidente do Conselho de Administração do H.S.E.I.T., para o pôr a funcionar muito melhor?-----

O que é que o Governo, que era o acionista, lhe tinha dito que queria que o Hospital fosse?-----

Quais eram as maiores dificuldades de gestão do H.S.E.I.T.? -----

Qual o valor total da dívida, de curto prazo, na conta dos fornecedores?-----

Qual o valor da dívida do Hospital aos bancos, a de médio-longo curso?-----

Quem eram os maiores credores do Hospital da Terceira? São locais ou exteriores à ilha e, eventualmente até à região?-----

De seguida disse que, a noção que tinham era de que existiam problemas relativamente acentuados em listas de espera, em diversas especialidades hospitalares, mas que a partir do momento que a Senhora Doutora dizia que havia capacidade de maximizar recursos questionava o facto de haver as referidas listas de espera. Relativamente às campanhas e ao facto de ser preciso colocar os terceirenses

Sales

como parceiros do Hospital, disse que não podia deixar de registar e que tinha ido ao seu arquivo de notícias onde existiam vários títulos de notícias recentes, como sendo a notícia de médicos em formação nos Açores e disse que esta era uma constatação, ou seja, que tinha havido uma aposta, que não tinha sido no Hospital da Terceira, de milhões e mais milhões em desperdício no Hospital, resultado de uma auditoria ou de uma inspeção da Inspeção Regional de Saúde não contestada. Leu outro título "Hospital da Terceira demitiu-se por causa do caso da unidade de cuidados intensivos." E disse que esse processo tinha acabado por ficar esbatido um pouco com a audição da Senhora Doutora, em sede de uma Comissão Parlamentar, e com a Ordem dos Médicos a dizer que os cuidados intensivos eram de confiança. Referiu que havia muitas conversas nos corredores das suas casas, mas que lhe parecia que o principal problema, das conversas, estava nos corredores da casa que a Senhora Doutora tinha que dirigir e que era preciso, para que os terceirenses sentissem ainda mais confiança e os açorianos que eram servidos pelo Hospital e que podiam ser servidos por este sentissem mais confiança, mais do que capas de capas de jornal a dizer que o Hospital pagava, principescamente, a alguém que estava no Gabinete de Comunicação, para que esse fizesse a pedagogia de vida para que as pessoas tivessem uma imagem completamente diferente do Hospital.-----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro usou da palavra e, dirigindo-se à Senhora Doutora, disse que já se conheciam há alguns anos e não tinha acreditado quando ouviu o seu nome para aquela função, mas que lhe confessava que tinha ficado muito satisfeito por isso. De seguida disse que gostaria de tocar em cinco tópicos que lhe parecia terem de ser clarificados, aos senhores conselheiros e à população em geral. -----

Primeiro – Listas de espera, nomeadamente até num dos serviços referenciados como sendo exemplar, ou seja, a parte da Ortopedia. Referiu que, normalmente, uma das primeiras estratégias para combate às listas de espera era fomentar o aumento da produtividade, pelo que questionou que estratégias estavam a ser adotadas e como se podia conjugar o discurso de novos desafios, novas receitas e listas de espera nalgumas especialidades que as pessoas não compreendiam, porque se estava a falar de anos. -----

4
Sales
/

Segunda – Modelo definido para a Região ao nível da radioterapia, disse que tinham ficado sempre muito confusos relativamente a essa matéria, pelo que questionou o que se fazia e tratava na ilha. Acrescentou que percebiam que ficavam um pouco, naquela matéria, como uma delegação de competências estritas, relativamente ao que estava a ser feito, que tinha sido uma luta que a Terceira, na sua globalidade, tinha travado e não tinha ganho e que tinha acabado por ter esse mini bónus, porque efetivamente se tratava de uma terapia em que as pessoas permaneciam longos períodos e que mexia, de forma significativa, com a economia local. -----

Terceira – O impacto económico local, disse que se vinha a falar muito, obviamente a entidade que era e o peso que tinha na economia local. De seguida disse que gostaria de saber, no âmbito dessas parcerias, de que forma é que se podia olhar, nomeadamente pelos privados que haviam investido em laboratórios de análises e noutras áreas cofinanciadas por fundos comunitários, incentivados pelo governo e por Bruxelas, no sentido de serem projetos cofinanciados e que naquele momento estavam a ser alvo direto do impacto da redução e da racionalização que estava a ser feita e se havia alguma ideia de parceria com essas empresas privadas, que eram também empregadoras, que tinham crescido porque tinham sido incentivadas a crescer e apoiadas a crescer. -----

Quarta – Livre referenciação versus competitividade. Questionou se, e havendo a liberdade dos doentes escolherem por um dos dois principais hospitais, o Conselho de Administração tinha alguma estratégia pensada, no Plano Estratégico, para fomentar a vinda de doentes para a Terceira, em vez destes irem para São Miguel.-----

Quinta – Questão de tesouraria e financeira, disse que obviamente era sempre falada, que não estavam ali, muito menos ele, para a julgar, não só pelo tempo que tinha no Conselho, como também porque a conhecia e tinha a certeza de que tinha uma estratégia em curso, e devia ter pensado, para a redução do prazo médio de pagamentos, porque era vital. Acrescentou que cada vez que o Hospital conseguia liquidar um montante significativo, toda a economia local respirava e, nesse sentido, para si em particular, era importante saber. Disse que a Senhora Doutora tinha falado que as questões financeiras estavam equacionadas, estavam a ser ponderadas em termos de vários instrumentos e várias soluções, pelo que questionou se era

h
Sales

expectável que durante o corrente ano pudessem assistir a uma redução significativa do prazo médio de pagamentos a fornecedores. -----

O **Conselheiro Péricles Ortins** iniciou a sua intervenção dizendo que ia ser sintético, até porque muitas das coisas que tinha anotado, já haviam sido referidas e não as ia repetir. Posto isso, colocou as seguintes questões: -----

Primeira – Radioterapia, como é que estava o processo e em que ficavam? O que ficaria cá ou o que poderiam fazer para que se esclarecesse ou que se pudesse rentabilizar alguns dos espaços e condições que tinham? -----

Segunda – Quem eram os acionistas do Hospital e as tutelas? -----

Terceira – Uma ideia/pergunta, questionou se já havia sido pensado algum protocolo/acordo, com companhias de seguro internacionais, nomeadamente Estados Unidos da América, Canadá e Alemanha, que era quem pagava melhor, de forma a oferecer serviços de qualidade no Hospital, a preços competitivos para essas seguradoras e que pudessem fazer rentabilizar o espaço e os clínicos para que algumas dessas intervenções pudessem ser feitas com maior frequência. Acrescentou que, assim, beneficiavam todos, os utentes que tivessem que ser sujeitos tinham pessoas com mais prática e o Hospital tinha alguma receita para manter em funcionamento essas áreas. -----

Quarta – Primeiras Jornadas de Saúde, questionou sobre a hora e o local das mesmas, bem como a hora e o local do simulacro. -----

O **Conselheiro Sandro Paim** interveio e disse que tinha havido um investimento público na saúde na região e em determinada altura tinham percebido que esse investimento tinha sido sobredimensionado o que tinha levado a que, naquele momento, houvesse uma tentativa de rentabilização que ia chocar com a iniciativa privada, ou seja, ia retirar mercado à mesma. Posto isso, questionou sobre qual era, na ótica da Senhora Doutora, a relação, uma vez que sabiam que não era só uma relação entre o Hospital e o tecido empresarial, que havia também legislação e decretos que indicavam caminhos e esses caminhos, pela análise que a Câmara de Comércio fazia, tendiam a esvaziar a iniciativa privada para rentabilizar investimento, se calhar,

sobredimensionado que tinha sido feito ao nível público o que, com certeza, ia ter impactos de desemprego e de fecho de empresas privadas no setor da saúde. -----

O **Deputado Luís Rendeiro** usou da palavra e colocou várias questões, como sendo:-----

A questão financeira, ou seja, disse julgar que esta não se resolvia com a boa vontade da Senhora Doutora e que o H.S.E.I.T. estava refém da Vice-presidência e do Orçamento Regional. Acrescentou que havia questões incontornáveis, como as dívidas a bancos, as questões dos fornecedores, que era preciso saber muito bem quem eram os credores e que não podiam fazer de contas que não existia aquilo que sabiam que existia, ou seja, fornecedores que já só forneciam o Hospital a pronto pagamento. Disse que eram recorrentes as notícias de que havia carências no Hospital e utentes que tinham que ir comprar medicamentos fora. Posto isso, disse que essas eram questões que estavam diretamente dependentes da questão financeira, da sustentabilidade financeira do Hospital que não se ia resolver por outra forma que não fosse pela orçamentação mais adequada, em vez da atual.-----

A questão das especialidades de muita qualidade, como a Cirurgia e a Ortopedia e questionou as listas de espera cirúrgicas no H.S.E.I.T., como é que se previa que elas fossem reduzidas e qual o prazo médio de espera, na Ortopedia, para, por exemplo, colocar uma prótese numa anca ou num joelho. Acrescentou que sabiam que havia um conjunto de rotinas que até eram boas, mas que depois havia um trabalho mais diferenciado que obrigava a que os utentes do Hospital da Terceira estivessem demasiado tempo à espera. Reforçou dizendo que estavam a falar de listas de espera de anos.-----

A questão da Litotricia questionou se era, ou não, verdade que o Hospital de Ponta Delgada referenciava os doentes de Litotricia para o continente e não para a ilha Terceira, porque a referenciação no sentido ocidente/oriente fazia-se e funcionava, mas que parecia que havia alguma questão que impedia a referenciação no sentido inverso, e que quem dizia Hospital de Angra também podia dizer Hospital da Horta.-----

A questão da existência, ou não, de interesses e hábitos instalados dentro do corpo clínico do Hospital, nomeadamente nos médicos mais antigos e nas chefias que condicionavam, ou não, a qualidade dos cuidados de saúde e a gestão e eficiência dos

M. Sales
↓

mesmos. Acrescentou, ainda, a questão da dificuldade que havia, no que dizia respeito a alguns médicos especialistas, se deslocarem à urgência quando eram chamados. -----

A questão das receitas acessórias, disse que gostaria que lhe fosse explicado, mais um pouco, como é que se estimava a obtenção das mesmas, na lógica de um Hospital empresa e sabendo que as taxas moderadoras na saúde na região, tinham sido introduzidas, anunciadas como servindo para financiar a Radioterapia. Disse, ainda, que tendo em conta que a Radioterapia não existia e que já se pagava taxas moderadoras algum tempo, como é que se previa essas receitas adicionais e para que serviam, efetivamente, as taxas moderadoras na região. -----

A questão da promoção do Hospital, disse que havia sido criado um gabinete de imprensa no Hospital, que tinha sido polémico pelo modo como a contratação havia sido feita e que julgava que se o Hospital tinha esse gabinete, quem melhor do que ele para divulgar o que de bom se fazia no Hospital, que se não fosse para isso não sabia para que servia esse gabinete. -----

A questão das evacuações médicas, ou seja, a centralidade dessas na Terceira. Questionou o porquê da redução nas valências da unidade de cuidados intensivos, o facto de ainda não se ter criado uma unidade de traumatologia e a redução das competências e dos serviços prestados na área da cardiologia no Hospital da Terceira.--

A Senhora Doutora Paula Elsa Moniz iniciou a sua intervenção dizendo que havia aspetos prévios do Hospital que estavam a ser trabalhados e de enquadramento e de contexto. Informou que o Hospital estava a relacionar-se com os conselhos de administração dos outros hospitais, estava a iniciar um processo de trabalho direto com as unidades de saúde da ilha Graciosa, São Jorge, Pico e Faial e que esse trabalho vinha a ser feito de forma sistemática. Acrescentou que tinham começado por reuniões de reclamação entre as partes, um levantamento de questões concretas e que estavam, naquele momento, na fase de limar arestas no tocante à referênciação, porque se a relação do Hospital com Unidade de Saúde da ilha de São Jorge fosse uma relação diária e franca entre as áreas, sabiam quando as coisas não estavam a correr bem e resolviam-se. Disse que estava a haver uma movimentação das equipas diferente, não por causa do Hospital da Terceira, mas que o que era facto era que

estavam a falar mais, a perceber como é que podiam melhorar e como é que o Hospital da Terceira podia passar a ser escolhido para a referenciação. Referiu que podiam dizer que só os conselhos de administração se encontrarem não chegava, mas que esses tinham os diretores clínicos e os diretores enfermeiros, que era rapaziada muito concreta. De seguida falou na questão do trabalho e dedicação que a equipa estava a procurar fazer e a fazer. Referiu que um mandato, num conselho de administração, tinha um projeto de melhoria das instituições que iam gerir e ao aceitarem serem conselhos de administração do Hospital da Ilha Terceira, obviamente estavam lá para mudar, para melhorar, pelo que não era preciso nenhuma orientação específica das nove às cinco. Informou que esse era o mandato deles e que iam lá estar o tempo que fosse necessário e que a tutela assim o entendesse e a confiança existisse. Disse que havia focado o aspeto do H.S.E.I.T. com as unidades de saúde das várias ilhas, que tinha referido a aproximação entre os hospitais. No tocante às tutelas, disse que os hospitais tinham duas tutelas, a saúde e as finanças, que agora se chamava Vice-presidência e que, obviamente quem era o acionista era, unicamente, a Região Autónoma dos Açores e que não queriam mudar a estrutura acionista. Mencionou que quando falavam em sobredimensionamento do Hospital era porque a capacidade instalada não estava a ser totalmente utilizada, o que podia ser por duas boas razões, ou porque felizmente não havia doentes suficientes ou então porque a gestão daquela casa ainda não tinha as condições para que todo o investimento, ali feito, estivesse a ser mais rentabilizado do que estava a ser atualmente. Disse que quando falavam de receitas acessórias e receitas próprias do Hospital não era uma postura de olhar para o lado e ver a banda passar, mas que não se esquecessem que os mercados financeiros haviam tratado mal Portugal, haviam-se fechado, não havia financiamento. Acrescentou que os mercados, atualmente, já estavam a financiar e, como sabiam, as tutelas já haviam ido ao mercado comprar dinheiro, seguindo figurinos de empréstimo obrigacionistas que eram figurinos de longo prazo que davam estabilidade, pelo que essa estabilização e substituição de dívidas a curto prazo, fosse passivo bancário puro, por estruturação de longo prazo, mais dez/quinze anos, era algo que era o caminho a seguir porque todos os países, todas as regiões tinham receitas próprias e receitas que não eram próprias. Disse que essas receitas alheias ou proveitos alheios se podiam ir buscar de várias formas, o que era preciso era estabilizar

h Sales
↓

nos prazos, alongar porque o financiamento da atividade da saúde era para sempre e, como sabiam, havia dívidas perpétuas que eram formulas de ir buscar e estabilizar financiamento a prazos muito longos, mas que era preciso que houvesse condições de risco país e risco região para isso acontecer, daí dizer que as soluções existiam, que tinham que ser trabalhadas a vários níveis e que sabiam que o estavam a ser. Sobre as listas de espera, disse que, havia a necessidade de desmistificar a questão, elas existiam, que em relação à Ortopedia havia um programa específico de Ortopedia, talvez o primeiro programa a ser feito com Ortopedia e Imagiologia, face às listas de espera, tendo, igualmente, sido feita uma contratualização com a produção do serviço, onde foi organizado um programa de intervenções mensais, com controlo mensal. Acrescentou que ainda tinha doentes, de ancas e joelhos, de dois mil e onze, mas que estavam com vinte e oito intervenções mensais de Ortopedia. Sobre a Imagiologia disse que essa era uma questão de terem mais médicos a trabalhar a estruturação de alguns horários e que essa estruturação tinha que ver com a idade média dos médicos, ou seja, os médicos a partir dos cinquenta anos estavam com grandes reduções de horários, o que era de lei, e havendo essa redução não havia complemento, a pirâmide etária estava invertida pelo que estavam a fazer um esforço de entrada dos novos. Ainda relativamente às listas de espera, disse que esse era um problema que caía nos hospitais e que não ia passar a batata para terceiros, mas que o Hospital era, atualmente, de agudos e acabava por ser, também, um centro de saúde. Informou que, de forma a combater as listas de espera, estava a ser organizado, ainda só na Terceira, a presença do médico triador que com os colegas de medicina familiar, pudessem triar algumas idas para o Hospital que, eventualmente, não fossem tão necessárias, como por exemplo na área da Diabetes, Cardiologia e Cardiopatias. Disse que, atualmente, tinham no Hospital uma área de consultas além da sua componente verdadeiramente de Hospital de agudos, que a razão de ser da estruturação da oferta de serviços da saúde na região e essa melhoria das listas, mesmo que se melhorassem as listas, haveria sempre procura dos cuidados de saúde que tendiam a diminuir, se não fossem para o Hospital, com as unidades de saúde de ilha, os antigos centro de saúde, cada vez mais pujante e fortes e com médicos suficientes. Referiu que como estavam num arquipélago, o Hospital da Ilha Terceira tinha que ter a sua estrutura, de especialistas, reforçada. No tocante à Radioterapia disse que não tinha muito para

Sales


partilhar, mas que podia informar que havia sido assinado um contrato de cedência de espaço entre o Hospital e a empresa que tinha a responsabilidade de realização da oferta dos serviços de Radioterapia na Terceira. Acrescentou que esse contrato tinha sido assinado com um clausulado identificativo do que é que estaria, em termos de espaço, a ser disponibilizado a essa entidade, quais eram as áreas e quais eram as rendas a serem cobradas. Relativamente aos privados disse que o Hospital mantinha uma relação com a atividade privada muito forte, fosse ela na prestação dos cuidados de saúde por médicos, em nome privado ou em nome empresarial, fosse ela com clínicas prestadoras de serviços médicos que estavam, em termos de protocolo, com condições, com grande detalhe. Informou que tinham uma área de patologia clínica a funcionar e, como sabiam, a atual tipologia de medicina preventiva levava a que a patologia clínica fosse cada vez mais utilizada. Disse que se iam ao Hospital, numa situação de urgência, ou era por questões respiratórias ou outra, naturalmente que se faziam imediatamente colheitas. Acrescentou que essas colheitas estavam a ser feitas no Hospital, no entanto, em laboratórios externos estavam a fazê-lo para patologias ou análises mais específicas. Protocolo com companhias de seguros americanas, relativamente a esse tema, disse que já vinte mil pessoas lhe tinham falado sobre os protocolos com as seguradoras. Questionou se já haviam feito o trabalho de casa, a que situação tinham chegado, com quem tinham falado, que preços já haviam dinamizado, tudo isso para que o Hospital apanhasse a boleia. Sugeriu que se trabalhasse o *cluster*, que se colocassem condições, que para si bastava começar com uma companhia, que não queria ir à América, que queria era que eles viessem cá e, por fim, confessou que esse era um tema que gostaria muito de tratar com os Senhores Conselheiros. No tocante ao dimensionamento, tentativa de rentabilização, iniciativa privada, disse que não queriam esvaziar. A questão financeira, fornecedores, disse que não vinha com os números decorados, mas que existiam relatórios de contas oficiais dos Hospitais EPE, portanto quando houvesse a aprovação das contas, esses eram documentos públicos. Gabinete de imprensa, disse que não sabia quanto o Senhor desse gabinete ganhava, mas que se quisessem fazer a fineza de visitar o site todos os dias tinha havido momentos, quer internos quer externos, como por exemplo o evento do dia vinte e seis de março e o dia seis de junho que ia ser no Hospital, repetindo que iria enviar convite a todos os Conselheiros. Sobre esse evento, informou

que iam tratar a questão da Cardiologia, de forma a reforçar a importância desta no Hospital e dotá-la daquilo que ela precisava para funcionar ainda mais. -----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro, em jeito de conclusão, disse que lhe restava, em nome do Conselho de Ilha, agradecer a presença da Senhor Doutora e acima de tudo pensava que teriam, mais cedo ou mais tarde, que voltar a conversar, porque iam ter que trabalhar algumas questões. Acrescentou que muitas das ideias transmitidas já estavam em marcha. Disse que iam ter que ver, quer ao nível das listas de espera, ao nível do impacto económico local, ao nível dos resultados obtidos na captação com base na livre referenciação, quer essencialmente a questão financeira e de recuperação. Acrescentou que, em nome pessoal, nunca havia duvidado do empenho e dedicação e esperava que essa força, que a Senhora Doutora sempre tinha mostrado em todos os desafios ao longo da sua vida, se pudesse, efetivamente, reverter numa correspondência às expectativas que todos percebiam que tinha e que todos desejavam que se concretizasse. Concluiu dizendo que, mais uma vez, deixava uma palavra de total abertura e disponibilidade para poderem cooperar com o Hospital no atingimento desses objetivos. -----

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente do Conselho, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

O Presidente do Conselho de Ilha,

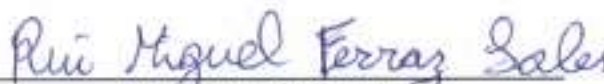


Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Os Membros da Mesa,



Sandro Rebelo Paim



Rui Miguel Ferraz Sales